

ATA Nº 07- CME. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CME QUE ACONTECEU NO DIA 26 DE MARÇO DE 2026, NA CASA DOS CONSELHOS, PARA TRATAR DE ASSUNTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ.

Aos 26 dias, de março, de 2026 na Casa dos Conselhos na rua Teófilo Ramos, 320, estiveram reunidos as técnicas da SME, Orageana Vasconcelos da Silva e Maria do Socorro Costa e os conselheiros membros do CME, Antônia Ednilza Correia (presidente), Ronaldo Teixeira, Eduardo Moita, Monalisa Letielle (representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Tianguá – SISMUT, Micaele dos Santos Cardoso (representante do Poder Público Municipal), José Ribamar Alves (representante dos Professores do Ensino Fundamental) e Francisca Laene dos santos (representante dos Professores da Educação Infantil). No início da reunião, foi feita uma oração seguindo a leitura da ata da reunião anterior pelo Conselheiro Ribamar. Na ocasião, foi apresentada a nova funcionária da Casa de Conselho, Maria do Socorro Costa, e a mesma agradeceu a receptividade, se colocando à disposição de todos. O conselheiro Ronaldo Teixeira salientou a importância de gravar todas as reuniões para que a ata seja precisa em registrar todas as falas. A presidente do conselho, Antonia Edinilza, explanou a denúncia do professor da E. E. F. Dom Javier, Professor Julimar, relatando a superlotação das salas de aula dos 6º anos, turno manhã e que as mesmas não seguiam as normas de metro quadrado por aluno, caracterizando assim a superlotação. Foi explanado que a denúncia foi recebida, averiguada e confirmada. Posteriormente, foi emitido uma notificação à Secretaria Municipal de Educação, com uma orientação para solucionar a situação denunciada. A conselheira e presidente Antônia Edinilza, falou sobre a importância da participação de todas as representatividades nas reuniões e notou a ausência dos representantes do Conselho Tutelar nas últimas reuniões. Falou ainda, que seria bom que fosse enviado um comunicado ao Conselho Tutelar, falando da importância da presença dos mesmos nas reuniões. A mesma também comunicou que o credenciamento da escola EPAF foi concluído, mas que algumas escolas estão com pendências. O conselheiro Ribamar ficou de elaborar um parecer do credenciamento da escola Lar Doce Lar e foram apreciadas as fotos e a documentação da referida escola. A conselheira Francisca Laene, representante dos Professores da Educação Infantil, explanou sobre a entrega dos abafadores para crianças com sensibilidade auditiva e os critérios para cada criança receber o mesmo, mencionando que para receber os mesmos faz-se necessário um laudo médico comprovando a sensibilidade auditiva da criança e a necessidade para uso dos abafadores e demais equipamentos auditivos. A Presidente Antônia Ednilza relatou que a promotora Jaqueline solicitou diversos documentos via ofício, ofício esse, lido para todos os presentes juntamente com o ofício de resposta e os anexos contendo todos os documentos solicitados. Na ocasião, foram debatidos os pontos solicitados pela promotora e lidos cada anexo. Também foi sugerida a criação de um e-mail institucional para o CME, onde este órgão

poderá receber e encaminhar e-mails de forma segura e institucional. A ideia foi acatada e será providenciado o mesmo. A conselheira Francisca Laene citou que os dados no Portal da Transparência estão desatualizados e faz-se necessário atualizá-los. Orageana relatou que a portaria de atualização já foi solicitada via ofício, ao gabinete do Prefeito. O professor Ronaldo Teixeira falou sobre a demora da implementação das escolas de Tempo Integral em sua totalidade, que se faz necessário solicitar as respostas junto à Secretaria de Educação no intuito de identificar quantas e quais escolas são de Tempo Integral e quantas estão funcionando efetivamente, assim como as que ainda não iniciaram as atividades em tempo integral e quais os motivos que dificultam a implementação. O Conselheiro José Ribamar falou sobre a elaboração da resolução que está fazendo, que é um trabalho minucioso e para isso faz-se necessário consultar todas as normas atualizadas que tratam sobre a quantidade de alunos por metro quadrado na sala de aula, assim como a mobília adequada de acordo com o ano letivo da turma e da série e espaço. Todos os documentos nos quais ele está consultando foram disponibilizados no grupo para que todos possam realizar a leitura, ficar cientes do conteúdo e contribuir com a elaboração da Resolução. A coordenadora da Casa dos Conselhos, Orageana salientou a importância de uma resolução nesse sentido e que a mesma tem força de lei local. Foram lidos e debatidos alguns artigos da Resolução que trata do número de alunos por turma, dentre eles, o enunciado que se atenta a respeitar as normas em relação à ventilação, iluminação e acessibilidade em todos os espaços da escola, em especial as salas de aula, o local de maior permanência do aluno. Foi apresentada a operação matemática na qual é possível identificar a quantidade adequada de alunos por sala, que seria: número de alunos, área da sala e área por aluno. O Conselheiro Ribamar solicitou, na ocasião, ao DAE (Departamento de Assistência ao Educando) o relatório de matrícula dos anos 2024, 2025 e 2026, — que segundo ele, era necessário a leitura no intuito de observar dados identificando a quantidade de alunos. Observou-se a necessidade da presença do Conselho nas escolas para identificar possíveis irregularidades no quesito espaço, aluno, metro quadrado e, posteriormente, a elaboração de um relatório, direcionado à Secretaria Municipal de Educação para que a mesma faça as modificações necessárias e adequações de acordo com cada demanda. Observou-se ainda, a necessidade de apresentar ao Secretário de Infraestrutura, à Procuradoria Geral e ao Prefeito o relatório das visitas, para juntos dialogarem sobre as reformas das escolas, de maneira que as obras possam observar as normas legais das resoluções que tratam do assunto. Foi sugerido que, de início, as inspeções deverão acontecer em todas as escolas que passaram por reformas, seguindo para aquelas que estão em reforma e posteriormente para as escolas que estão na iminência de serem reformadas. Diante do exposto, foi observado, pelo conselheiro Ronaldo Teixeira, a necessidade de um levantamento prévio das escolas em questão, para orientar a criação de um documento que otimize as visitas, como uma rota de visita e mapeamento sequenciado de todas as áreas que serão visitadas pelos conselheiros. No decorrer da próxima semana, serão revisados esses pontos de visitas, calendário, horário e mapeamento. Sem mais nada a acrescentar,

deu-se por encerrada a reunião. Essa ata foi lida na presença de todos os presentes e assinada por mim, secretário do CME, bem como pela presidente.

Tianguá, 26 de março de 2026

Presidente:

Antônio Edniza Correia

Secretário:

José Ribamar Alves da Silva